



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

DO ASSENTAMENTO AOS COMUNS: A COMUNIDADE AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZENBERGER

Yoshua Muriel Souza dos Santos¹; Manuela Dreyer da Silva²

¹ Universidade Federal do Paraná, yoshua.sts@gmail.com

² Universidade Federal do Paraná, manuela.dreyer@ufpr.br

GT 12 – O comum e os comuns: teoria e prática para um bem viver planetário

RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar, de forma ainda inicial, os aspectos da comunalização presentes na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, localizada em Antonina (PR). A pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamenta-se em pesquisa documental e observação em campo. Os resultados indicam que a ocupação da área pelo MST desde a década de 1990, a recuperação ambiental e o manejo agroflorestal consolidam práticas de comunalização que se contrapõem à lógica capitalista e se orientam por princípios de uso coletivo e cogestão do território. A autogestão da produção e a valorização da natureza expressam dimensões políticas, econômicas e culturais que redefinem as relações entre sociedade e natureza. O trabalho constitui uma etapa inicial de investigação e busca subsidiar reflexões sobre as lutas e as potencialidades do assentamento enquanto experiência concreta de comunalização.

Palavras-chave: território; MST; comunalização; recuperação ambiental; organização social.

Destaques (highlights):

- Comunidade como prática do Comum: o artigo identifica e analisa elementos da comunalização na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, articulando a prática agroflorestal e a organização social como expressão de resistências à lógica capitalista e como forma de gestão coletiva do território.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- Transformação territorial com base na agroecologia: a pesquisa evidencia como a ocupação e reestruturação da antiga Fazenda São Rafael resultou na recuperação ambiental, promovendo reflorestamento e recomposição de APP.
- Economia solidária como base produtiva: a comunidade articula sua produção a partir da autogestão, com foco na subsistência e na comercialização via programas públicos, alinhando-se às concepções de economia solidária e Bem Viver.
- Conflito e direito de uso como impulso à comunalização: a formação do assentamento é compreendida como resposta a conflitos fundiários e ambientais, sendo interpretada como uma prática de comunalização que se ancora na reivindicação do direito de uso coletivo e na ressignificação do território.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) tem consolidado um papel de destaque na luta pelo acesso à terra e pela conquista de autonomia para os camponeses, por meio – especialmente após os anos 2000 – do incentivo à transição agroecológica nos assentamentos, fortalecendo a promoção de uma reforma agrária sólida frente a pressões do capital (Fernandes; Facco, 2015). A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, organizada pelo MST, é resultado da luta e resistência de um grupo social organizado na região de Antonina, Paraná, exercidas desde o fim da década de 1990 no território.

O Assentamento José Lutzenberger tem sua origem pautada em conflitos territoriais e ambientais, por estar localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA), a APA Federal de Guaraqueçaba, e por se tratar da ocupação de uma área onde outrora praticava-se a criação de búfalos, responsável por ocasionar diversos prejuízos à vida dos moradores locais (Facco, 2015). Atualmente, as famílias residentes produzem alimentos por meio do cultivo agroflorestal – além de fazerem seu beneficiamento e comercialização – a partir da organização coletiva do trabalho, respeitando as habilidades e possibilidades de cada indivíduo.

Autores como Dardot e Laval (2015) afirmam que o conflito faz parte da base constituinte do Comum. Contudo, apesar dos eventos conflituosos que instigaram o surgimento da comunidade, há outros fatores que evidenciam características da comunização presentes

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

neste território. A exemplo:

A insubordinação dos acampados aparece quando eles rejeitam o pacote de insumos químicos provenientes de empresas do ramo da biotecnologia e agronegócio. Estes sujeitos não dependem financeiramente da lógica dos impérios agroalimentares; eles mostram-se, neste aspecto, autônomos e autossuficientes (Fernandes; Facco, 2015, p. 98).

Este posicionamento corrobora com uma definição apresentada por Stavrides (2021), de que a comunalização, para além de uma economia alternativa, se trata de uma proposta alternativa à economia, onde o compartilhamento extrapola a lógica econômica, propondo uma dinâmica de práticas sociais que moldam a distribuição de poder a partir da especificidade de cada contexto social.

Se “‘comum’ é, na verdade, o novo nome de um sistema de práticas e lutas” (Dardot; Laval, 2015, p. 271) e o “exercício de um *direito de uso coletivo* muito mais do que a reivindicação de uma ‘propriedade coletiva’” (*ibid.*, p. 270), pretende-se, neste trabalho, a partir da contextualização sobre o nascimento e estruturação desta comunidade, discutir quais aspectos da relação entre seus moradores e deles com a Natureza refletem características que definem um comum, uma vez que “é a atividade dos homens que torna uma coisa comum, guardando-a de qualquer lógica de apropriação e reservando-a para o uso coletivo” (*ibid.*, p.271).

Portanto, o trabalho, que busca identificar, de forma ainda inicial, os aspectos da comunalização presentes na Comunidades Agroflorestal José Lutzenberger, se estrutura nas seguintes sessões: a contextualização das características geográficas do território, da modificação do uso do solo, e do processo de ocupação e estruturação da comunidade, seguido pela identificação e análise dos aspectos de comunalização presentes na Comunidade Agroflorestal, desde a reivindicação do acesso à terra e à moradia, passando pela organização e distribuição social do trabalho, até o modo de vida que opera em oposição à lógica do capital. Estes apontamentos são feitos a partir das definições de teóricos dos Comuns e do Bem Viver, como Dardot e Laval, Stavrides, Gudynas e Paul Singer.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

METODOLOGIA

Esta pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, identifica os aspectos da comunalização no território da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, em Antonina (PR), considerando tanto a forma de organização comunitária desde sua origem quanto aspectos do seu modo de vida atual. A investigação se baseia em pesquisa bibliográfica sobre a história de constituição do território e no referencial teórico dos Comuns, articulado com perspectivas complementares, como o Bem Viver e a economia solidária. A pesquisa documental inclui a análise de relatórios técnicos e publicações acadêmicas que abordam o histórico fundiário e ambiental da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger. As demais características descritas resultam de observação em campo e conversa com lideranças, aproximações essas feitas entre os meses de novembro de 2024 e junho de 2025.

A descrição apresentada neste trabalho fundamenta um processo contínuo de construção coletiva com a comunidade, voltado a fortalecer o reconhecimento de suas lutas e de seu território. Os autores, em diálogo com as lideranças locais, buscam apoiar o processo de valorização e afirmação comunal do assentamento e, a partir dessa base, planejar uma segunda etapa da pesquisa orientada pelos interesses e demandas da própria comunidade. Assim, este estudo representa uma etapa inicial de uma investigação em andamento.

4

TERRITÓRIO: LOCALIZAÇÃO, ORIGEM E CONTEXTO DA COMUNIDADE

A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger está situada no município de Antonina, no Litoral Paranaense (Figura 1), a 35 quilômetros de sua área urbana. Seu território é compreendido dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba (Figura 2) e faz parte da comunidade rural Rio Pequeno, assim denominada por conta do maior rio que perpassa a região e, inclusive, cruza o assentamento, cuja área total é de 228,8 ha (Fernandes; Facco, 2015; Pontes, 2024).

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:



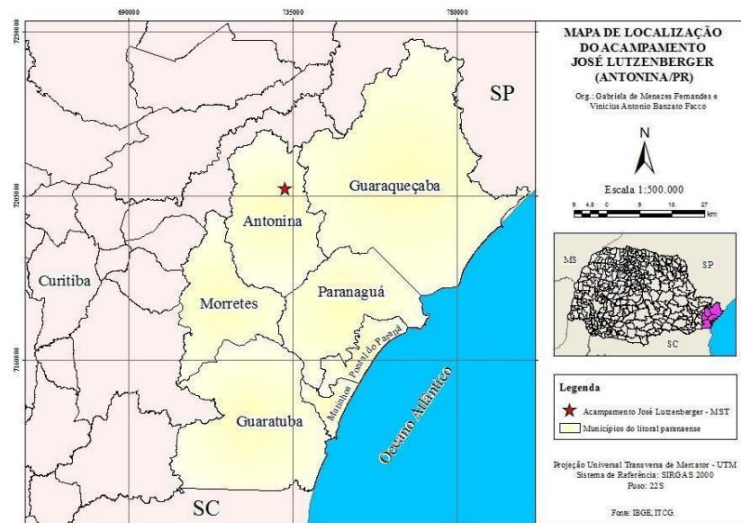


Figura 1: Mapa de localização da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger. Fonte: Fernandes e Facco, 2015.

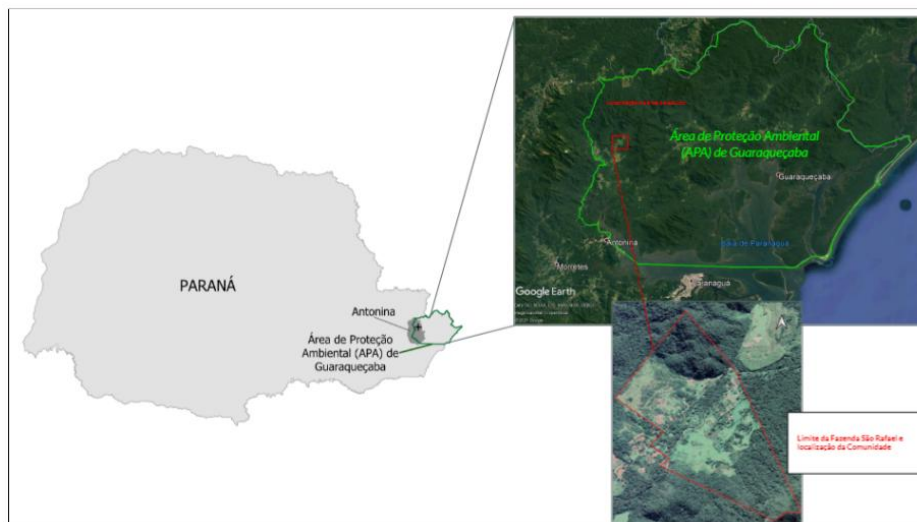


Figura 2: Localização da Fazenda São Rafael e Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger. Fonte: Pontes, 2024.

Anteriormente à ocupação desta terra pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, a área, conhecida também como Fazenda São Rafael, era utilizada para a atividade bubalina extensiva, que resultou na compactação do solo, no espraçamento da braquiária (espécie vegetal exótica), na modificação do curso natural do rio e na diminuição e descaracterização de Áreas de Preservação Permanente (APP), aspectos que, de acordo com a legislação da APA, configuram degradação ambiental e utilização irregular do solo (Pontes, 2024).

Neste contexto, entre o fim da década de 1990 e início dos anos 2000, incita-se a insatisfação dos moradores e trabalhadores camponeses da comunidade do Rio Pequeno, resultando no início do processo de ocupação do território pelos trabalhadores do MST, tendo sua efetivação se concretizado em 2004 (Fernandes; Facco, 2015). Com a assumida responsabilidade da área pelos cuidados do Movimento, inicia-se o processo de

recuperação da biodiversidade e do solo; regeneração da vegetação; naturalização do curso do rio; recomposição da área de APP; produção em sistema agroflorestal; adequação à legislação da APA de Guaraqueçaba; serviços ambientais (Lei Federal n o 14.119/2021); proteção da água; redução e recuperação no processo erosivo (Pontes, 2024, p. 9-10).

Alguns destes aspectos de modificação do uso do solo podem ser observados nas imagens a seguir (Figura 3), que mostram o comparativo da vista aérea da comunidade entre os anos de 2002 e 2021, ou seja, anteriormente e posteriormente à ocupação da área pelo MST.

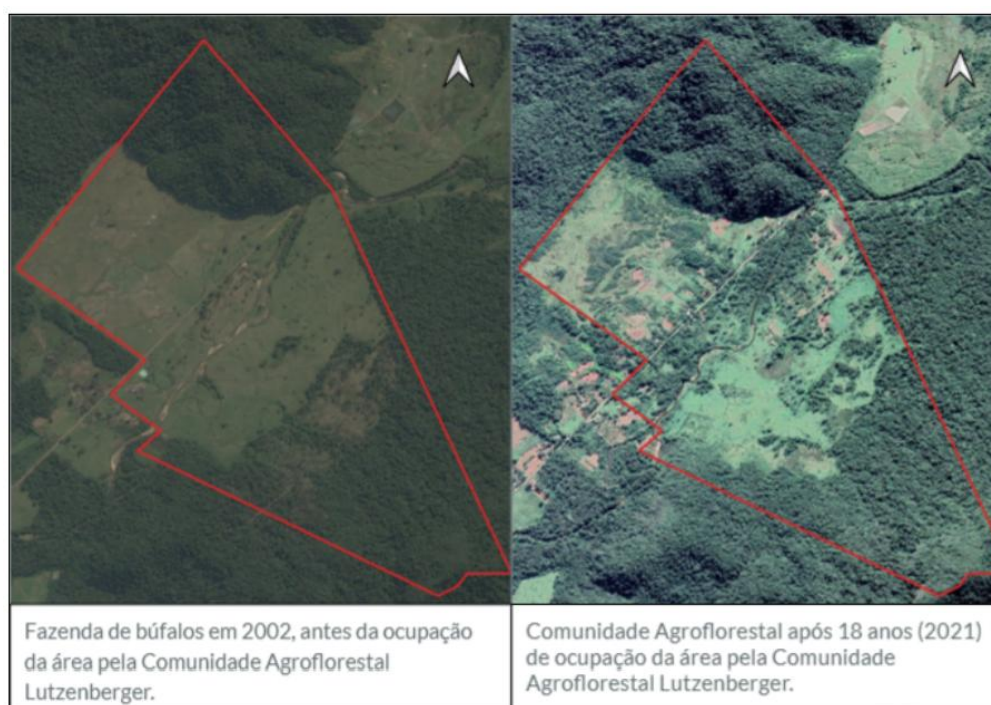


Figura 3: Comparação entre imagens de satélite antes (2002) e depois (2021) da ocupação. Fonte: Pontes, 2024.

Para Dardot e Laval (2015), a comunização não se resume à oposição à propriedade privada e à propriedade pública, mas se estrutura a partir do “imperativo social do uso comum” (*ibid.*, p. 262), como um questionamento prático e teórico do direito de propriedade. Esta ideia



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

pode ser posta em diálogo com a conceituação de Acosta e Brand (2018) que, ao proporem uma reorganização da produção baseada na perspectiva do decrescimento, afirmam que “O mundo necessita também de uma racionalidade ambiental que desconstrua a irracionalidade econômica por meio da reapropriação da Natureza e da reterritorialização das culturas” (*ibid.*, p. 136-137).

Neste âmbito, o processo de ocupação e modificação do uso do solo do território da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, ocorrido desde o início dos anos 2000 e ainda em curso, evidencia alguns dos aspectos da comunalização definidos por estes autores.

A REIVINDICAÇÃO DO COMUM E A OPOSIÇÃO À LÓGICA DO CAPITAL

A Fazenda São Rafael, onde se delimita o Assentamento José Lutzenberger, possui um histórico de cadeia dominial que compreende a posse por parte de três principais proprietários entre os anos de 1924 e 2006, tendo sido apontada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a necessidade de uma reavaliação da autenticidade e validade destas titularidades, visto que no período em questão fora comum no Estado do Paraná e na região a prática de grilagem de terras. Contudo,

7

A área não é utilizada pelo proprietário desde o ano de 2002 e, este indicou a intenção de venda. A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger ocupa a área desde setembro de 2004, de modo que, no que diz respeito ao tempo de ocupação e o aproveitamento/uso, pode ser considerada consolidada quando verificados os elementos: posse plena (moradia e trabalho), tempo, melhorias na área, serviços ambientais com recomposição de áreas degradadas.

Conforme avaliação sobre a renda, restou caracterizado o estado de necessidade das famílias no momento da ocupação, significativo da urgência por moradia e trabalho caracterizados pela ausência da política pública em tempo e condição de garantia pelo Estado de direitos fundamentais e sociais. Diante dos elementos verificados, trata-se de posse de boa-fé, o que redundará em direitos respectivos aos efeitos desta retenção, direito às benfeitorias, construções e produção. Também é de se considerar que a valorização da terra se dá em virtude de elementos, dentre eles, a ocupação e forma de uso, em acordo com a função social do bem (Pontes, 2024, p. 57).

Embora o teórico Stavros Stavrides trate da comunização a partir do contexto das cidades, existem situações experienciadas no urbano e no rural que se aproximam, dentre elas a reivindicação do acesso à moradia. Segundo o autor, a produção “comunizada” de moradia possibilita outras maneiras de se compreender o significado de pertencimento a uma sociedade.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Outro apontamento de Stavros a ser destacado é que comunidades latino-americanas que se estabelecem a partir da ocupação de terra o fazem por necessidade, motivados politicamente e pela luta por sobrevivência, diferindo das comunidades alternativas europeias (Stavrídes, 2015).

De maneira análoga, Acosta e Brand (2018) salientam o “território” como uma interseção das reivindicações coletivas e sociais, enquanto Dardot e Laval (2015) afirmam que a carência do direito de propriedade motiva o surgimento de práticas sociais e de comunalização. Para os dois últimos autores, “A propriedade exclui o comum, não somente em termos do gozo dos bens, mas igualmente no âmbito da produção, já que ela supõe a divisão entre proprietários e não proprietários” (Dardot; Laval, 2015, p. 263), reforçando a exclusão como um elo entre a instituição de propriedade e a manutenção do capitalismo.

Uma vez, portanto, que a estruturação da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger se baseie na reivindicação por habitação e acesso à terra – motivados pela luta por sobrevivência – e na promoção de benefícios ambientais, identificam-se de aspectos de comunalização. É diante desse processo de ocupação, reorganização territorial e ressignificação dos usos da terra que aproximamos essa narrativa da noção de comum enquanto princípio político e prática instituinte. Tanto para Dardot e Laval (2015), que apresentam este comum como resultado sociopolítico, fundado na ação coletiva, na produção de normas e na cogestão; como para Stavrídes (2021), que destaca que os comuns são práticas de resistência e de construção de alternativas, especialmente em contextos de luta por moradia, terra ou território; salientamos a necessidade compartilhada e da decisão conjunta de produzir, cuidar e gerir.

De modo convergente, Acosta e Brand (2018) reforçam que as práticas de construção de modos de vida enraizados nos territórios – orientadas por uma racionalidade ambiental e pelos princípios do Bem Viver, como será mencionado a seguir – também se configuram como práticas do comum, na medida em que rompem com as dinâmicas de mercantilização da vida e reposicionam a natureza como sujeito e não como objeto de exploração. A prática agroflorestal presente na comunidade evidencia este posicionamento. Segundo Fernandes e Facco (2015), este tipo de agricultura desenvolvida pelos camponeses da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger “se difere de outras formas de produção, pelo seu vínculo específico com a natureza” (*ibid.*, p. 98), além do uso do manejo sucessional, que “faz referência à dinâmica de



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

florestas naturais que se desenvolvem ao longo do tempo via sucessão de espécies” (Pontes, 2024, p. 27-28). Desta forma, o “campesinato presente no território em estudo, organizado pelo MST, busca suas formas de se opor à lógica do capital, a partir da constatação de que o modo de produção capitalista se desenvolve de forma desigual e contraditória” (Fernandes; Facco, 2015, p. 96).

APROXIMAÇÕES COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O BEM VIVER

Acosta e Brand (2018), ao criticarem a economia e a sociedade do crescimento, propõem modificações econômicas, sociais e ecológicas que se formulem a partir da reestruturação das relações de poder. Eles apontam a necessidade de “uma nova ética de organização da vida [...], [reconhecendo] que os limites da Natureza são cada vez mais perceptíveis e insustentáveis – e que nosso estilo de vida e a acumulação de capital estão constringendo ainda mais esses limites” (Acosta; Brand, 2018, p. 146). Na contrapartida destas provocações, pode-se considerar a economia solidária e o Bem Viver como modelos alternativos ao capitalismo e/ou que rompam com o antropocentrismo e valorizam a Natureza como sujeito de direitos.

A economia do Assentamento José Lutzenberger se apoia na produção agroflorestal – reconhecida com certificação orgânica pela Rede Ecovida de Agroecologia – cujos produtos são destinados à subsistência das famílias e o excedente à comercialização, voltada especialmente aos programas institucionais atendidos pela comunidade, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A divisão social do trabalho no acampamento é realizada a partir do trabalho na roça e na cozinha. E, mais ainda, existem pessoas encarregadas em ‘coordenações’ de funções, que além de contribuir nos trabalhos na horta ou no beneficiamento, são responsabilizadas por discutir e fiscalizar o trabalho no acampamento, sempre visando garantir o bem-estar da comunidade acampada. A compartimentação para racionalizar as funções é feita em quatro grupos: produção, agroindústria, comercialização e operacionalização das tarefas de distribuição (Facco, 2015, p. 82).

Estas especificidades sobre o modelo econômico e de distribuição social do trabalho na comunidade vêm ao encontro da definição de Paul Singer, de que a economia solidária trata de um arranjo entre o modelo industrial de produção e a organização social coletiva. Considerando



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

que o assentamento é concebido pelos esforços do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, destaca-se:

O MST conseguiu assentar centenas de milhares de famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos. O movimento decidiu que promoveria a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, dando lugar a outra modalidade de economia solidária no Brasil (Singer, 2002, p. 123).

Corroborando com este contexto, o Bem Viver “é um conceito que serve para agrupar diversas posturas, cada uma com sua especificidade, que coincidem no questionamento ao desenvolvimento atual e na procura de mudanças substanciais apelando para outras relações entre pessoas e com o ambiente” (Gudynas, 2011, p. 9). Gudynas defende que, uma postura de comprometimento com o Bem Viver questiona a dualidade entre homem e Natureza e rompe com o extrativismo. O modo de produção e a relação com a Natureza idealizados na Comunidade Agroflorestral José Lutzenberger, por sua vez, são apresentados por Facco da seguinte maneira:

Esta “nova” leitura do meio rural, que ao se afirmar como “nova” resgata ancestralidades e práticas agrícolas tradicionais, faz uma linha de frente no combate de uma agricultura propagada por uma visão de mundo moderno-ocidental, amparada em uma exacerbação da técnica e da ciência. A ética agroecológica se volta aos sujeitos que trabalham na terra e retiram dela seu sustento. Lidar com a incerteza e a complexidade da natureza é um aspecto fundamental neste sentido (Facco, 2015, p. 83-84).

Dessa forma, a experiência da Comunidade Agroflorestral José Lutzenberger materializa uma prática do comum que não se limita à gestão coletiva de recursos, mas que se aprofunda em uma ética relacional que busca romper com a dicotomia natureza e sociedade. Essa ética se expressa tanto na organização do trabalho, orientada pela reciprocidade e pela autogestão, quanto na relação com o território, pautada no cuidado, na regeneração dos ecossistemas e na reprodução da vida em suas múltiplas dimensões. O Bem Viver, enquanto horizonte civilizatório que questiona os paradigmas do desenvolvimento, da acumulação e da mercantilização, se alinha às práticas de comunalização ao propor uma reconfiguração dessas relações.





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto de resistência e luta por sobrevivência que pauta o surgimento e a efetivação do Assentamento José Lutzenberger, reflete aspectos de comunalização que partem da reivindicação por moradia e sustento, se opondo à lógica capital do direito de propriedade e promovendo uma organização social articulada na coletividade, se assemelhando a outros exemplos de ocupação que, segundo Stavrides (2021), são característicos da América Latina. Os benefícios ambientais (regeneração do solo e do curso do rio, reflorestamento e afins) promovidos pela comunidade no decorrer dos anos de ocupação corroboram com a dissolução da dualidade homem-Natureza, indo ao encontro da perspectiva do Bem Viver. Por fim, o arranjo econômico e a organização social do trabalho na comunidade, cuja produção é destinada primordialmente à subsistência, enquanto o excedente se destina a programas institucionais de alimentação e promoção da soberania alimentar, caracterizam um modelo de economia solidária, também compreendida como uma prática do comum.

REFERÊNCIAS

11

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. Pós-extrativismo como condição para o Bem Viver. In: _____ (org.). Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018, p. 135-154.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. Tradução: Naira Pinheiro dos Santos. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 27, n. 1, p. 261-273, jun. 2015.

FACCO, Vinicius. Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR). Revista NERA, Presidente Prudente, v. 18, n. 29, p. 70-100, jul.-dez. 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3344/3122>. Acesso em: 29 dez. 2024.

FERNANDES, Gabriela; FACCO, Vinicius. Agroecologia e MST no Leste Paranaense: As Experiências do Assentamento Contestado (Lapa/PR) e do Acampamento José Lutzenberger

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

(Antonina/PR). Revista Pegada, v. 16, n. especial, p. 89-101, maio 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3524/2882>. Acesso em: 29 dez. 2024.

GUDYNAS, Eduardo. Bem-Viver: Germinando alternativas ao desenvolvimento. América Latina em Movimento – ALAI, n. 462, p. 1-18, fev. 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1837823>. Acesso em: 2 jan. 2025.

SINGER, Paul. Presente e Futuro. In: _____ (org.). Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 109-124.

STAVRIDES, Stavros. Reivindicar a cidade como espaços comuns: Aprendendo com os movimentos de moradia da América Latina. Tradução: Gilberto Cunha Franca; Jefferson Baffica Junior. E-metropolis, n. 47, ano 12, p. 6-18, dez. 2021.

PONTES, Daniele Regina (org.) et al. Uso, Ocupação e cadeia Dominial do Imóvel Fazenda São Rafael, Comunidade Agroflorestral José Lutzenberger, Antonina/PR. Curitiba: UFPR, 2024.